

PERIFERIA, UM TERMO CRÍTICO: DISTANCIAMENTOS ESPACIAIS, SOCIAIS E SIMBÓLICOS NAS CIDADES

PERIPHERY, A CRITICAL TERM: SPACE, SOCIAL AND SYMBOLIC DISTANCING IN CITIES

Likem Edson Silva de JESUS¹

Artigo recebido em 14/04/2020, aceito em 14/06/2021, publicado em 28/06/2021.

Palavras-chave:

Periferia;
Segregação
socioespacial;
Desigualdade.

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar o caráter complexo da definição do que vem a ser periferia, ponderando que as relações entre os diversos afastamentos que se sobrepõem à realidade periférica nas cidades não podem ser compreendidas de modo isolado e disciplinar, como se não interagissem e compusessem de modo sistêmico essa face da realidade urbana. Para tanto, à luz de um debate teórico sobre o tema, esta pesquisa questiona como sujeitos inseridos nesse contexto definem as suas experiências urbanas e avaliam a influência dos seus locais de moradia na constituição de suas cidadanias, analisando as suas narrativas. Com o estudo, observou-se que os afastamentos que marcam as periferias não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que existem entre tais locais e o que é tomado por centro, mas também pelas condições de vida impostas que materializam a exclusão. A conceituação do termo, portanto, é insuficiente quando considera apenas o critério geográfico e desconsidera a sua vinculação à ordem social e ao poder, elementos que concretizam a sua associação a lugares e sujeitos que sofrem com a omissão estatal.

Keywords:

Periphery; Socio-spatial segregation; Inequality.

ABSTRACT

The objective of this article is to approach the complex character of the definition of what is periphery, considering that the relationships between the different distances that overlap the peripheral reality in cities cannot be understood in an isolated and disciplinary way, as if they did not interact and compose in a systemic way this face of urban reality. Therefore, in light of a theoretical debate on the subject, this research questions how subjects inserted in this context define their urban experiences and assess the influence of their places of residence in the constitution of their citizenship, analyzing their narratives. With the study, it was observed that the distances that mark the peripheries are not quantifiable only by the physical distances that exist between such places and what is taken as the center, but also by the living conditions imposed that materialize the exclusion. The concept of the term, therefore, is insufficient when it considers only the geographical criterion and disregards its link to social order and power, elements that concretize its association with places and subjects that suffer from state omission.

¹ Mestre e Doutorando em Estado e Sociedade pelo Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), vinculando-se à linha de pesquisa Estado, Instituições e Governança. Especialista em Direito Público pela Universidade Candido Mendes. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). Integrante dos grupos de pesquisa Pluralismos Jurídicos e Usos Emancipatórios do Direito (linha de pesquisa: Políticas Públicas, Direitos Sociais e Justiciabilidade) e Sociedade, Educação e Universidade. E-mail: likem_93@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Para iniciar as reflexões que orientam a discussão desenvolvida ao longo do presente artigo, é interessante pensar na etimologia do termo periferia. Dentre os primeiros significados trazidos pelo dicionário Michaelis de Língua Portuguesa (2015), estão aqueles que o relacionam com a geometria, uma ciência que se convencionou definir como exata: “linha que determina o contorno de uma figura curvilínea” e “linha que delimita qualquer corpo ou superfície”. A partir dessa conceituação, pode-se questionar também os processos que ocorrem no espaço urbano: o que há além da linha? O que existe à margem? E o que vive no contorno?

Nas cidades brasileiras, fruto de um processo de urbanização do capitalismo periférico (Maricato, 1996; Santos, 1994), a periferia é produto do distanciamento, da exclusão, da segregação. No mapa urbano do Brasil, é traçada pelo Estado, pelas forças que agem em conjunto com ele e pela própria sociedade, uma espécie de linha: tênue o suficiente para se tornar invisível aos olhos de todos, inclusive de quem se encontra nesses locais; e, em contrapartida, forte o bastante para limitar a efetividade de políticas sociais, o fornecimento de serviços públicos estruturais e a autonomia na vida pública desses sujeitos. Noutras palavras, reforçam-se as desigualdades, ao mesmo tempo em que elas são naturalizadas.

O mesmo dicionário citado acima traz outro significado revelador para a análise, indicando o sentido figurado em que a palavra pode ser empregada: “a parte não essencial ou fundamental de um assunto em questão” (Michaelis, 2015). O curioso é que essa acepção, de natureza conotativa, muitas vezes expressa o modo como o poder público enxerga os bairros periféricos dentro da cidade, que conforme também se verifica a partir do verbete, é a “região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços urbanos, onde vive a população de baixa renda” (Michaelis, 2015).

A complexidade do termo periferia é enfatizada por Silva (como citado em Pallone, 2005, p. 11) quando diz que ele carrega consigo um sentido político, econômico e social, tendo surgido na tentativa de tornar tolerável a manutenção de cidades ao Estado, se observando a partir dos territórios assim considerados, a perpetuação de desigualdades nas mais diversas ordens. Do mesmo modo, o conceito compreende a distância que a periferia possui dos padrões idealizados pelos modos de ser aprovados pelos movimentos culturais majoritários (Domingues, 1994), isto é, dos modos de considerados válidos por quem ocupa os espaços de privilégio no meio urbano, o que inclui aspectos comportamentais, estéticos e linguísticos, por exemplo.

O objetivo deste trabalho é abordar justamente o caráter complexo¹ da definição do que vem a ser periferia, ponderando que as relações entre os diversos afastamentos que se sobrepõem à realidade periférica das cidades brasileiras – territoriais, raciais, sociais, econômicos, simbólicos, dentre outros – não podem ser compreendidos de modo isolado e disciplinar, como se não interagissem e compusessem de modo sistêmico essa face da realidade urbana, mas sim numa perspectiva multidimensional (Morin, 2001). Igualmente, a análise também não pode ser feita sem que se defina qual o tipo de vínculo que ela estabelece com aquilo que é tomado por centro.

Vale dizer que um número expressivo de trabalhos acadêmicos relacionados à periferia no Brasil se volta à construção do espaço urbano e à produção e organização da habitação e moradia no país nas metrópoles nacionais, sobretudo nos estados do Sul e do Sudeste, de modo que a partir desses lugares é que comumente se desenvolvem as discussões sobre desigualdade, distribuição de renda, acesso a direitos e produção cultural. A presente proposta alinha-se a esses estudos, no entanto, pretende também abordar outros aspectos.

Nesse sentido, considera-se o significado e a relevância das pesquisas que tratam da luta social por moradia no espaço urbano e das implicações e desafios existentes no processo de habitação da cidade, mas a definição de periferia que se busca elaborar aqui focaliza os distanciamentos sociais e simbólicos que corroboram o estigma² que marca esses locais e sujeitos, ante uma atuação estatal que ao naturalizar desigualdades, fornece, pela omissão, a subcidadania.

Para a construção de um conceito de periferia alinhado à perspectiva epistemológica acima indicada, à luz do debate teórico sobre a tema, fruto de levantamento bibliográfico notadamente de estudos do campo do urbanismo, da geografia, das ciências sociais e das políticas públicas, esta pesquisa questiona como sujeitos inseridos nesse contexto – que partilham de um espaço de troca de saberes, reflexão e interação – definem as suas experiências urbanas e avaliam a influência dos seus locais de moradia na constituição de suas cidadanias, analisando as suas narrativas.

O trabalho de campo foi realizado na cidade de Itabuna, na mesorregião sul da Bahia, oitava maior economia do estado e décima cidade mais populosa do interior do Nordeste, contando com 204.667 habitantes, conforme Censo Demográfico de 2010. O município tem sua produção espacial urbana arranjada desordenadamente, constituindo em seu território, por decorrência dos fluxos migratórios da população rural e

¹ Para Morin (2003), complexo significa, originariamente, aquilo que é tecido junto. O pensamento complexo é um pensamento que busca distinguir (mas não separar), ao mesmo tempo que busca reunir.

² Neste trabalho, a concepção do termo “estigma” remonta à obra que leva este mesmo nome (1988), de Erving Goffman. Nela, o autor o conceitua como uma referência dada a um atributo, seja ele positivo ou profundamente depreciativo sobre um indivíduo ou coletividade. Segundo ele, “estigmatizar um ser humano ou grupo social compreende um tipo especial de relação entre o atributo e um estereótipo, ou seja, relação entre um indivíduo ou grupo a uma imagem de modelo pré-concebido de ser humano ideal, com a finalidade de inserir ou não este indivíduo na sociedade [...]”. (Andrade, 2010, p. 105)

das cidades menores circunvizinhas, pequenos aglomerados periféricos no entorno dos centros comerciais e administrativos e dos bairros considerados nobres, seguindo o modelo das metrópoles brasileiras, guardadas as devidas proporções.

Participaram da pesquisa discentes de ensino médio de uma escola pública estadual residentes em bairros periféricos da cidade, selecionados a partir da aplicação de um questionário que visava levantar este dado. A referida instituição foi escolhida por congregar em um único espaço indivíduos de diversas localidades, de modo que se poderia estabelecer um diálogo com distintas realidades periféricas da mesma cidade. Em um total de 07 (sete) turmas, 03 (três) se destacaram por conter mais estudantes que se reconheciam como moradores de periferia do que de bairros centrais. Nestas, organizou-se a dinâmica da roda de conversa, estratégia metodológica adotada para o processo de escuta, que envolveu ao todo 46 (quarenta e seis) jovens com idades entre 13 (treze) e 19 (dezenove) anos, divididos em 03 (três) grupos, com 11 (onze), 18 (dezoito) e 14 (quatorze) participantes, correspondente a cada uma das turmas selecionadas.

A coleta de dados por meio da roda de conversa, como o próprio nome sugere, permite a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa por se assemelhar a uma entrevista de grupo, mas sem se deixar constituir um processo diretivo e fechado em que se alternam perguntas e respostas, voltando-se a uma discussão focada em tópicos específicos sobre os quais os participantes são incentivados a emitir suas opiniões (Iervolino & Pelicioni, 2001). A intenção foi a de criar um espaço de aproximação, diálogo e escuta das diferentes vozes que ali se manifestavam a fim de se compreender os processos de construção da realidade periférica em suas pluralidades e ausências.

Além destas considerações iniciais e das considerações finais, o texto está dividido em outras duas partes. A seção seguinte trata das reflexões teóricas sobre a produção das periferias no meio urbano, suas características mais recorrentes, os distanciamentos a elas impostos e a relação destes espaços com o Estado. Em seguida, são apresentados os diálogos periféricos, com o objetivo de evidenciar as condições espaciais, sociais e simbólicas a que estão submetidos os indivíduos que ocupam este espaço das cidades e questionar a complexidade que marca as vivências nestes territórios.

2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO NO CONTEXTO URBANO BRASILEIRO

No Brasil, a construção do espaço urbano é marcada pelos intensos movimentos populacionais do campo para as cidades e pela chegada de trabalhadores imigrantes, principalmente para os aglomerados

metropolitanos. Esse movimento foi propiciado pelo processo de industrialização e desenvolvimento da construção civil e rodoviária que pode ser observado desde 1890 (Bonduki, 2004; Bonduki & Rolnik, 1982). Esses fluxos, motivados pelo surgimento de novos postos de trabalho que demandavam baixo nível de qualificação e pela possibilidade de estabelecer a família em um local com melhor acesso a serviços de educação e saúde, são apontados como responsáveis pelo crescimento demográfico das grandes e médias cidades brasileiras, que ocorreu de forma desordenada e sem o incentivo de políticas habitacionais capazes de regular o espaço urbano e garantir dignidade na moradia e no alcance de demais direitos sociais.

Nesse aspecto, chama atenção o que aconteceu na cidade de São Paulo, em que se verifica a maior concentração desse fenômeno³. Tanto é assim, que conforme Mautner (1999, p. 253), na referida metrópole, a periferia tem um significado específico, refletindo a visão dual que o senso comum atribui ao espaço urbano: geograficamente, significa as franjas da cidade; para a sociologia urbana, indica o local onde moram os pobres.

Milton Santos (1994) leciona que as periferias são fruto direto do modelo rodoviário urbano implantado no Brasil, que provocou um crescimento disperso das cidades e ajudou a criar uma escassez mercantil de terras e, em consequência, gerou especulação imobiliária, déficits de residências e periferização. Segundo o autor:

Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica. (Santos, 1979, p. 229).

Nesse sentido, acerca da expansão das metrópoles brasileiras, pode-se citar a capital paulista como o padrão de urbanização que se reproduziu em outras localidades, consistindo, em linhas gerais, no loteamento de áreas que ainda não eram ocupadas e na criação de novos bairros destinados à classe trabalhadora e suas famílias⁴, que enfrentaram diversos problemas, como, por exemplo, a ineficiente gestão e controle de qualidade da água, a inexistência de esgotamento sanitário e a consequente proliferação de doenças, a necessidade de criação de um sistema de transportes que desse conta de acessar os novos locais, que não contavam com ruas calçadas, e a falta de habitações de aluguel baixo. Esse processo foi determinante para a segregação social do espaço, na medida em que impediu que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, tendo se garantido à elite áreas de uso

³ Por esta razão, inclusive, a maioria dos estudos acadêmicos nacionais a respeito das políticas de habitação, da ocupação do espaço urbano e do surgimento da periferia possui este recorte territorial.

⁴ Tal fenômeno foi promovido tanto pelas empresas, ao criarem assentamentos habitacionais destinados aos seus funcionários, como pelo mercado imobiliário, com a construção de propriedades destinadas ao mercado de locação (Bonduki, 2004, p. 47)

exclusivo, livres da deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos (Bonduki, 2004).

Além disso, como as políticas de financiamento para aquisição de habitação não alcançaram a maioria dos trabalhadores, apoiou-se o governo no que Mautner (1999) denominou trilogia loteamento clandestino/casa própria/autoconstrução para promover a moradia, ainda que a base fosse uma ocupação irregular⁵. Como consequência, se ampliou o processo de periferização desses espaços, também integrados à cidade, mesmo que construídos à margem dos processos formais de sua produção, fora da legalidade urbanística estabelecida e através de um trabalho realizado com recursos técnicos precários.

Nos municípios menores, em especial os localizados no interior do país, que se desenvolveram fora desse ciclo de industrialização e calcados em uma economia muito mais atrelada à produção agrária e ao desenvolvimento do comércio, o crescimento urbano opera de modo mais lento, mas também produz desigualdades, afinal sempre há empregadores e empregados, bem como agentes imobiliários atuando em conjunto com o Estado para criar espaços particulares que diferencie e separe as classes com maiores e menores condições financeiras (Corrêa, 2002). Com isso, os bairros que possuem acesso fácil às atividades comerciais e serviços, como escolas, hospitais e supermercados, são valorizados, impedindo que muitos adquiram um imóvel nesta região. Surge, então, também nestas cidades, a periferia, em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura.

Por conta do baixo custo de vida, essas localidades atraem pessoas de outros bairros e de municípios menores no entorno. No Sul da Bahia, esse movimento pôde se verificar com mais precisão no final da década de 1980, com a crise na cultura do cacau em que se sustentou durante muito tempo a economia de toda a região. Sem emprego, as pessoas saíram da zona rural em busca de novos postos de trabalho, repetindo-se, guardadas as devidas proporções, o padrão de urbanização apontado em São Paulo e brevemente descrito acima.

Mautner (1999) aponta que o conceito mais óbvio para definir periferia seria o geográfico, dada a posição desses ambientes em relação às áreas centrais. Na busca por uma acepção não fragmentada (na sociologia, a tendência dominante foi seguir o viés “marginalista”; na economia, o *locus* de menor renda urbana é a referência), a autora tomou por base o processo de produção do espaço urbano, sem esquecer, contudo, que esse é de fato um local onde vivem as pessoas pobres, socialmente segregadas, cuja terra pode ser adquirida a preço baixo e está em constante transformação, sendo ocupada por novos moradores e reorganizada pelo capital à medida em que se reproduzem em novas extensões de terra.

⁵O fenômeno também é abordado por Maricato (1982).

Essa marginalização geográfica, vale dizer, nada mais é do que o suporte territorial de uma marginalização social equivalente (Domingues, 1994, p.09), de modo que não é possível dissociar essas esferas. Isto é, os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que existem entre os bairros periféricos e o que é tomado por centro, mas revelados pelas condições de vida que evidenciam a nítida desigualdade entre os moradores dessa região da cidade (Moura & Ultramari, 1996, p.10). Até mesmo porque habitação não é só moradia, mas moradia em conjunto com acesso ao trabalho, ao comércio e aos serviços públicos e comunitários.

2.1 A (in)visibilidade da periferia frente ao Estado: consequências sociais e simbólicas

Está iminente, portanto, uma caracterização de espaços periféricos que não se baseie apenas em critérios mensuráveis pelos percursos feitos pelas linhas de transporte público da cidade, mas que se alicerce também nas condições e contradições econômicas e sociais dos seus moradores, pelas infraestruturas existentes, pelas territorialidades estabelecidas e reestabelecidas e pelo estigma que fere a experiência moral dos sujeitos. A reunião desses fatores cria uma classe de pessoas com base no local em que vivem e naquilo que intrinsecamente se atrela a esse referencial, modulando sua inserção social, suas oportunidades e sua (in)visibilidade.

A tensão estabelecida entre o Estado e as comunidades periféricas, que alimentam o distanciamento entre os indivíduos e dificultam a interação desse grupo nos diferentes espaços sociais, cria o que Pierre Bourdieu denomina de fronteira:

[...] a fronteira nada mais é do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos que ela reúne, tenham em si semelhanças mais ou menos fortes [...]. A fronteira é um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta. (Bourdieu, 2009, pp. 114-115).

Se antes tais espaços foram analisados a partir da configuração dos mercados informais, das lutas por moradia e pelas condições mínimas de reprodução social dos trabalhadores, hoje a essas questões se agregam outras, novas fronteiras que expressam vivências controvertidas, amparadas e combinadas em normas compartilhadas de valores e disciplinamento complexas, nos limites entre a reprodução da vida, do trabalho, da ordem e do disciplinamento do Estado, bem como da autonomia que sugerem os novos sentidos da política, impondo a busca de novos caminhos da pesquisa (Ivo, 2010 p. 10).

A racionalidade do modo de produção urbana no Brasil – que normatiza a segregação socioespacial de modo a legitimar discursos carregados de sentidos estigmatizantes sobre os sujeitos que vivem em periferias, na adversidade e na busca por justiça social e direitos sobre a cidade – demonstra que a condição de periférico não é natural, mas representa um ponto de vista do outro, isto é, dos atores hegemônicos sobre

o espaço construído e padronizado das cidades. Isso está além do projeto geográfico e arquitetônico da *urbe* que à princípio estabelece um distanciamento espacial, de modo que não se trata somente de uma pré-reflexividade que incide sobre quem vive na periferia, mas de uma ordem social legitimada por instituições que determinam as hierarquias valorativas implícitas à consciência cotidiana.

Nessa perspectiva, atentando-se para a carga axiológica do termo periferia, Feltran explica que a significação valorativa a ele atribuída interfere diretamente na construção e representação social dos sujeitos que residem nesses locais, criando estereótipos capazes de limitar a subjetivação política dos indivíduos que vivem nesses territórios:

Na primeira perspectiva, centrada na dimensão discursiva e, por vezes, acusatória, a “periferia” é invariavelmente uma categoria analítica que não se mostra como tal: ela aparece como se fosse apenas uma categoria descritiva de parte da “realidade” social, referida em uma existência social objetiva. Como toda categoria de juízo, ela vincula uma população e seu território a um conjunto de significados valorativos que reivindicam para si o estatuto de pura constatação. As periferias seriam então o lugar dos pobres, e todos sabem o que isso significa: trata-se de lugares subalternos socialmente, por vezes vistos como “submundos”, em que convivem misturados “trabalhadores” e “bandidos”, que despertam piedade e insegurança. [...] Mais precisamente, essas categorias produzem mais sujeição que subjetivação, inscrevendo em corpos e territórios específicos valores externamente concebidos. (Feltran, 2010, p. 571).

Como na vida prática não há uma separação entre o contexto da periferia e os demais, essa valoração subalterna influencia e molda as relações entre eles. As classificações acusatórias e de senso comum também se tornam matrizes discursivas influentes na marcação de diferença, nas dinâmicas locais de conflito e sociabilidade (Feltran, 2010, p. 572). Isso reforça como o termo periferia também está vinculado à ordem social e ao poder, sendo associado a lugares e sujeitos objetos do abandono das políticas, em áreas ao redor do centro que foram sendo ocupadas pelos poderes populares.

Jailson de Souza e Silva (como citado em Andrade, 2010, p. 20) completa esse entendimento ao afirmar que “o espaço periférico é contraponto a um determinado ideal de urbano ou de civilização, vivenciado por uma pequena parcela de habitantes da cidade ou da humanidade. Não é casual, então, que ela seja considerada uma disfunção, um problema que afeta a saúde da cidade e o mundo”.

Se aliando a uma percepção que vai além do critério espacial, Domingues (1994, p. 07) explica que a distância do centro é, assim, uma distância sociológica a um centro, sendo este definido pela diversidade e pela densidade das relações sociais, pela intensidade da vida cívica, pelo acesso à informação, pela aglomeração de recursos culturais, políticos, econômicos etc. Esses indicadores, para o autor, servem ainda para identificar um afastamento real e simbólico daquilo que denomina “efeito urbano”.

A periferia pode ser entendida como o lugar a partir do qual é possível interrogar a questão social do espaço na cidade, uma vez que expressa de forma urgente a crise urbana, o processo de precarização social e das desigualdades. Esse fenômeno, contudo, não é inevitável, resultando de escolhas políticas que alimentam um injusto esquema de distribuição de poder e que evidenciam os aspectos hegemônicos do Estado:

Há duas ações predominantes no Estado, frente aos territórios populares: tornar-se ausente, ou não se faz absolutamente presente. Significa que o Estado sintetiza outra face. As duas opções demonstram a escolha feita pelo Estado, quando sob a prerrogativa da garantia de direitos, opta por baixos investimentos e poucos equipamentos. E/ou marca a presença com o uso da força e da repressão, principalmente por meio da ação policial. Reforça-se, assim, a visão predominante de que favelas e periferias são locais de ausência, carência, onde predomina a “vagabundagem”, ou a narrativa do assistencialismo, em um espaço considerado território de “pobres coitados”. (Silva, 2014, p. 14).

Ao mesmo tempo que ampliam a cobertura de serviços e se fazem marcos legais progressistas⁶, verifica-se que estas são implementadas de modo bastante distinto a depender de qual lado da fronteira que se esteja. Nas periferias, sua função imediata é minimizar os conflitos que emergem das relações com territórios e populações marginais. Não se trata da promoção da cidadania, mas do mero gerenciamento das franjas da cidade, acionando um dispositivo assistencial claramente associado a outras formas de controle (Feltran, 2010, p. 596).

A relação Estado *versus* periferia é constante alvo daquilo que Morin (2003) chama de falsa racionalidade, isto é uma racionalização abstrata e unidimensional, que “destrói a complexidade do mundo em fragmentos distintos, fraciona os problemas [...] aborta todas as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando, também, todas as possibilidades de um juízo corretivo ou de uma visão a longo prazo” (Morin, 2003, p. 71).

Para evitar essa interpretação e colocar em evidência outros aspectos da crise urbana que há tempos se discute, é preciso considerar que a periferia não é apenas um lugar geográfico, uma espacialidade física, uma construção das cidades, mas também um lugar social que pode vir a determinar diversos aspectos da vida dos sujeitos, ao condicioná-los a uma experiência marcada pela segregação, em que agem operadores materiais e simbólicos instrumentalizados por forças estatais e mercantis com o objetivo de alimentar e

⁶ Por exemplo, podem ser citados o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de julho de 2001), que representou um passo fundamental na formatação de uma política urbana participativa e com controle social e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, que significou um ponto de partida importante para todos os segmentos envolvidos com as lutas urbanas, pois promoveu pela primeira vez tratamento integrado de todas as políticas urbanas, na medida em que se superou o recorte setorial da habitação, do saneamento, dos transportes e mobilidade urbana para integrá-los, levando em consideração o uso e a ocupação do solo (Tonella, 2013).

manter uma estrutura socialmente desigual. Isso atravessa o acesso a direitos, a própria cidadania, os processos de sociabilidade e a construção da identidade que se forja na vida cotidiana.

3. NARRATIVAS PERIFÉRICAS EM DEBATE: LOCALIZANDO DISTANCIAMENTOS E SEGREGAÇÕES

No intento de compreender como os discursos feitos sobre os territórios marginalizados afetam a construção do meio periférico e dos sujeitos nele inseridos, é que se buscaram narrativas capazes de evidenciar as distâncias socialmente construídas e influenciadas pela segregação espacial. Para dar início aos debates com o grupo de estudantes residentes em periferia, realizou-se uma atividade intitulada “checklist da periferia”, em que eles apontaram quais dos itens indicados eram percebidos no bairro em que moravam. O resultado foi o seguinte:

Quadro 1 - Checklist da periferia

| | |
|--|-----|
| No meu bairro existem ou durante algum tempo existiram ruas sem asfalto | 85% |
| Existem poucas linhas de ônibus para o meu bairro | 66% |
| Normalmente eu espero mais de 20 minutos no ponto de ônibus | 66% |
| Para realizar minhas atividades cotidianas, eu preciso do transporte público | 59% |
| No posto de saúde do meu bairro faltam medicamentos, vacinas e/ou médicos com frequência | 54% |
| Meu bairro não tem praça | 35% |
| A praça do meu bairro não é um local de lazer | 55% |
| A coleta de lixo no meu bairro é insuficiente / Não há um lugar adequado para descartar o lixo | 42% |
| O sistema de esgoto não funciona de modo eficiente no meu bairro | 35% |
| Meu bairro é frequentemente noticiado nos blogs policiais da cidade | 40% |
| Eu já ouvi comentários pejorativos a respeito do local em que eu moro | 69% |
| Relacionam o meu bairro a criminalidade com frequência | 52% |
| Relacionam o meu bairro a pobreza com frequência | 30% |

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O objetivo dessa atividade foi o de identificar os referenciais urbanos que a periferia carrega e delinear de modo objetivo as características desses bairros. Em seguida, foi construída uma nuvem de palavras⁷, em que os participantes da pesquisa foram convidados a definir em único termo a experiência de viver em uma comunidade periférica:

⁷ Importante salientar que as cores utilizadas nesta representação gráfica são aleatórias. O que deve ser observado é que as palavras grafadas em maior tamanho correspondem àquelas que foram repetidas mais vezes.



Figura 01 - A experiência na periferia em uma palavra
Fonte: Elaboração própria, 2019.

Observe-se que embora a palavra desigualdade tenha sido a que apareceu com mais frequência, elementos positivos como humildade e união também surgiram. São muitas as contraposições, aliás: há violência, mas também há tranquilidade. Encontra-se igualdade na injustiça e na diferença. Vive-se uma luta diária, cujas dificuldades são invisibilizadas. Se está na favela e, ao mesmo tempo, incorpora-se à selva de concreto. A criminalidade gera insegurança e tristeza, além de contribuir para que quem mora na periferia seja “mal olhado” e sofra uma série de preconceitos, mas conviver com ela também permite adquirir experiência.

O que se lê nesse emaranhado de definições é a complexidade que incide sobre a trajetória de quem habita e ocupa esse lugar, que é, vale reafirmar, mais do que um endereço, mas uma posição dentro da sociedade. Os resultados das duas atividades acima divulgados também permeiam algumas narrativas que serão expostas a seguir.

3.1 A estreita relação com a criminalidade: entre inseguranças e preconceitos

A primeira associação estabelecida pelos estudantes foi entre periferia e crime. A violência, diretamente ligada à criminalidade, foi insistentemente mencionada como mácula destes locais, ainda que ela não se faça presente no cotidiano dos bairros. A partir das narrativas compartilhadas, se percebe que esse é o principal estigma atribuído a quem vem de um bairro periférico: a integração imediata e obrigatória com o mundo da ilicitude, em especial, do tráfico de drogas, de modo a se pensar que os indivíduos ou são/foram bandidos ou convivem com bandidos ou já foram vítimas de algum crime. Nas falas e diálogos abaixo, os participantes da pesquisa exemplificaram esse fenômeno⁸:

⁸ Nos diálogos transcritos a partir das rodas de conversa realizadas, os estudantes que participaram da pesquisa foram identificados a partir dos bairros em que realmente residem.

Eu tava na casa de um colega, ficava tarde, eu dizia “man, vamos lá pra casa agora?” e eles diziam “vou não, minha mãe não deixa, lá é muito perigoso”. (Estudante do São Pedro)

Tem partes do bairro que são até “de boa”. Mas tem partes que não tem a estrutura que um bairro precisa ter. Muitas vezes quando eu falo que moro no São Pedro, a pessoa já fica assustada, tá ligado? Perguntam “e aí, você já tomou um tiro?”. (Estudante do São Pedro)
Sempre perguntam também se eu moro na roça. (Estudante do Ferradas)

Nesse sentido, 69% dos participantes da pesquisa indicaram já ter ouvido comentários pejorativos sobre os seus bairros e 52% manifestaram que já tiveram seus locais de moradia relacionados à criminalidade. Ainda, 40% disseram saber que tais lugares frequentemente aparecem nos blogs policiais locais.

A mídia fala que o meu bairro é muito perigoso. Se tem algo no Fonseca, na Baixa Fria [bairros periféricos próximos ao do estudante], falam que é no Maria Pinheiro. Aí todo mundo tem medo... Ninguém nunca quis ir em minha casa fazer trabalho porque quando eu digo que moro no Maria Pinheiro, dizem logo que é longe, que tem tiro. (Estudante do Maria Pinheiro)

Eu moro no Sarinha. Não, é na divisão. Eu vou falar divisão. Divisão entre Gogó e Sarinha. Eu acho lá muito tranquilo... (Estudante do Gogó da Ema)
É... Tranquilo... [em tom irônico] (Estudante do Vila Anália)
É tranquilo sim. Mas não olham pra lá do mesmo jeito que olham pra os outros bairros da cidade... São péssimas as notícias que saem sobre lá e com certeza isso faz com que as pessoas pensem diferente. Mas eu tenho orgulho de lá. Não vou esconder nunca onde eu moro. (Estudante do Vila Anália)

Eu moro no Jardim Vitória [bairro nobre da cidade]. Eu soube, me falaram que lá [bairro João Soares] era um bairro cheio de coisas ruins e tal, mas eu fui lá e não vi nada disso. (Estudante do Jardim Vitória)
É, mas quando você foi no meu bairro [Gogó da Ema], queria ir até de carro blindado. (Estudante do Gogó da Ema)
Eu fiquei preocupado, né. (Estudante do Jardim Vitória)

Nas falas acima, destaca-se o papel da mídia na construção dessa representação, que alimenta de modo apelativo o imaginário daqueles que nunca colocaram os pés em comunidades periféricas. As notícias rotineiramente difundidas nos meios de comunicação local com relação a estes bairros, sobretudo em programas notoriamente conhecidos pela exploração sensacionalista dos fatos e em blogs que seguem linhas editoriais semelhantes, cujas manchetes igualmente dramáticas rapidamente se propagam nas redes sociais, estão relacionados justamente a ocorrência de crimes ou provocados por moradores destes locais ou que neles se consumaram.

Ademais, essas mídias costumam salientar com bastante frieza os aspectos espaciais declinados pelos estudantes como comuns, quais sejam: ruas sem asfalto, postos de saúde deficitários, praças deterioradas que não se constituem enquanto espaço de lazer e coleta de lixo e saneamento básico

insuficientes. Tudo isso é feito em tom de denúncia, sob o pretexto de dar espaço às vozes das comunidades e chamar a atenção dos governantes para os diversos problemas enfrentados pela população, mas, no fim das contas, acaba por provocar medo e outros sentimentos negativos em quem consome essas informações e por fortalecer os estigmas também verbalizados pelos participantes da pesquisa.

Além de provocar insegurança em quem não partilha do cotidiano da periferia, essa prática fomenta uma série de preconceitos que reduzem essa experiência ao universo do crime, como por exemplo: acreditar que a pessoa é usuária de drogas, presencia ações próprias do tráfico, convive com tiroteios diariamente, que circulam pessoas armadas no bairro, ou, até mesmo, entender como natural alguém já ter sido baleado.

Os estudantes, contudo, não ignoraram a existência do crime. Ele existe e seus efeitos são percebidos, como se nota abaixo:

Eu tinha dois amigos de infância. Um morreu e o outro foi preso. Ele tá preso agora em São Paulo, eu acho. Antes eles moravam em uma Fazenda, se tivessem continuado lá, talvez não tivesse acontecido nada disso [...] Quem vem de fora não acha tranquilo. (Estudante do João Soares)

Eu nunca tinha ido no bairro dele [em referência à fala acima]. Só na Califórnia, que é próximo, porque minha ex-namorada era de lá... Mas tudo bem pra mim. Tava “de boa”. “De boa” mais ou menos, né?! Mas se vem alguém do Góes Calmon [bairro nobre da cidade], de um bairro fechado, tem bairro que parece condomínio fechado, vai ficar com medo. (Estudante do Parque Boa Vista)

Do mesmo modo, chama atenção o comentário de um dos estudantes no sentido de que há uma relação direta entre o aumento da criminalidade e a periferização dos espaços:

Eu acho que o avanço da criminalidade tornou o bairro periférico. Antes eu brincava na rua até dez horas da noite com minhas amigas, hoje ninguém brinca mais na rua. (Estudante do Bairro Vila Anália)

Na visão do participante acima, com relação a sua própria experiência, não é a localidade periférica que fomenta ou atrai o crime, mas o contrário, é o crime que faz com que se enquadre determinado espaço da cidade nesta categoria. É um ponto de vista que talvez faça sentido em contextos excepcionais, que não contam com obstáculos concernentes à infraestrutura e prestação de serviços, todavia, é importante ressaltar que, seguindo a linha defendida neste artigo, a expressividade dos índices de criminalidade em uma região não é suficiente para, por si só, definir o que é ou não periférico.

Os estudantes também salientaram o receio que sentem ao adentrar em outro bairro periférico que não o seu, mas de um modo mais consciente, como se toda aquela experiência vivenciada a partir do local próprio de moradia fornecesse uma espécie de maturidade e capacidade crítica que permitisse enxergar além do estigma, sem exageros e sem terror. O contraponto a toda essa construção baseada na insegurança é justamente a ideia de tranquilidade que subsiste, apesar de tudo:

Eu moro no bairro Vila Anália. As pessoas, alguns amigos meus tem medo de ir lá porque falam que é perigoso. Mas não é perigoso. Não tem perigo lá. Tem muito mato, as pessoas ficam fazendo brincadeiras... (Estudante da Vila Anália)

Tem muito mato mesmo... [em tom de provocação] (Estudante do Gogó da Ema)

Fazem brincadeiras bestas com isso, entendeu? Pra mim, pra mim, é um bairro muito tranquilo. (Estudante da Vila Anália)

Afirmações como as do diálogo acima foram quase uma unanimidade, tendo sido ditas em diversos momentos: após o relato dos aspetos negativos e da força do discurso externo que associa a periferia à marginalidade, às drogas e ao crime, vem a opinião de que, para o morador, é tudo muito tranquilo e de que a maioria das suposições alheias são precisamente isso, suposições. Isto é, reconhece-se o modo como a periferia é vista e o clima de insegurança do ambiente, admite-se que este discurso está embasado em alguma verdade, que o medo é legítimo, sendo reforçado inclusive por quem está dentro de uma comunidade, mas também se rejeita essa preconceção, que analisa de modo raso e hostil a realidade periférica.

3.2 O olhar depreciativo do outro: conflitos de sociabilidade a partir da realidade periférica

A notoriedade da periferia é de matriz negativa (como escreveu um dos estudantes na nuvem de palavras, “mal olhado”). A má fama de alguns bairros é tamanha que, numa das rodas de conversa, uma estudante ficou extremamente incomodada quando disseram que ela morava no bairro Gogó da Ema e não no bairro Sarinha Alcântara, como ela havia indicado no questionário. Na medida em que ela se irritava com a situação, os demais participantes da roda de conversa reiteravam de modo cada vez mais veemente que ela havia mentido em sua resposta. Quando perguntada por que os comentários a aborreciam tanto, respondeu:

Eu não gosto que digam que eu moro no Gogó. Eu moro no Sarinha [a estudante também reconheceu que o bairro Sarinha é periférico, vale destacar]. Por quê? Porque o Gogó é periférico pra [xingamento suprimido] e eu não gosto. Tô renegando mesmo. Não é a mesma coisa. Faz muita diferença. Não é o meu bairro! Na conta de luz, não vem Gogó. Ser identificado do Gogó é ruim... Lá só tem bandido... Tem gente de bem também, obviamente, mas a maioria é tudo bandido, vagabundo. (Estudante do Sarinha Alcântara)

O raciocínio foi o de que “ser da periferia, tudo bem, ser de determinado bairro, já é demais”. O transtorno da participante, que chegou a sair da sala após a intervenção dos colegas, é o mais claro exemplo de como opera o estigma que recai sobre a realidade periférica e as suas consequências na vida em sociedade. A rejeição expressa a um lugar a partir da concepção de que a ele se associa diretamente os tipos “bandido” e “vagabundo” transparece na motivação pela qual uma estudante que se entende moradora de um bairro periférico e não deseja ser vista como moradora de um bairro central, também não quer ser identificada como daquela comunidade específica tida como periférica demais.

A reação dela aos colegas que, ao perceberem seu desconforto, enfatizavam o fato que ela negava, evidencia como a opinião do outro importa e como ela é determinante na escolha das identidades que assumimos ou dispensamos. Mais, ratificam a ideia de que o local em que moramos, de fato, é um marcador relevante nas redes de sociabilidade e pode vir a definir a inserção do sujeito na vida pública, uma vez que, sob o ponto de vista do próximo, muitas são as informações que ele agrega.

Curioso é que, noutra roda de conversa, uma das participantes se identificou como moradora do bairro estigmatizado na situação acima descrita e afirmou: “mas eu tenho orgulho de lá. Não vou esconder nunca onde eu moro”. Posições assim, quase que de resistência, foram maioria, vale dizer. Os participantes das rodas de conversa não negaram suas realidades e nem se furtaram em apontar e criticar as causas da subalternidade. De igual modo, expuseram com frequência a ambiguidade entre o modo como percebiam o seu entorno e o senso comum a respeito dele:

A gente sempre sofreu. Minha casa sempre teve espaço, garagem, mas ninguém quer marcar nenhum trabalho lá. Meu pai nunca conseguiu marcar uma reunião do trabalho dele lá. Só porque é ladeira, é morro, as pessoas já criam uma visão “disso” e “daquilo”. Não sei o que as pessoas têm na cabeça. Lá também tem asfalto. (Estudante do Fonseca)

Falas como essa, que relatam as dificuldades em receber pessoas na própria casa foram comuns, algumas já transcritas anteriormente, e também constituem uma das faces desse fenômeno de estereotipação. Crianças que têm os convites para brincar em sua casa negados, jovens que não se sentem confortáveis em chamar os colegas para realização de trabalhos da escola e adultos que não conseguem marcar uma reunião de trabalho em casa: uma sequência de experiências de rejeição que se repetem e, ao acompanhar os indivíduos nas diversas fases da vida, fortalecem a cultura de desprezo que se instaura sobre a periferia.

3.3 A vida em comunidade: um lugar de lutas, pessoas honestas e trabalhadoras

Não é só perigoso. O bairro é mais do que isso. Eu gosto do bairro que eu moro. Existem problemas no posto de saúde, o ônibus demora demais, duas ou três horas de relógio [os colegas reagiram, achando um exagero a afirmação]. Agora eu acho errado difamar o bairro dos outros, porque a gente não conhece. O outro olha de um jeito muito negativo, mas eu nunca tive vergonha de dizer onde eu moro. (Estudante do Maria Pinheiro)
Também não tenho vergonha de onde eu moro. É um lugar periférico, mas não tem só marginal. Tem trabalhador, tem gente honesta, muita gente digna. Não só criminoso e as pessoas precisam enxergar isso também. (Estudante do Maria Pinheiro)

Moura & Ultramari (1996) argumentam que a população da periferia também é formada por uma força de trabalho reserva da indústria, ou seja, pela massa de trabalhadores desempregados, à espera de uma

vaga, expulsos pela rotatividade das empresas ou crises sucessivas da economia e que deste modo sustentam, mesmo que informalmente, o modelo de sociedade capitalista pós-industrial.

Há uma outra imagem que se solidifica em volta da periferia, de acordo com os relatos e com a nuvem de palavras constante da Figura 1: ela também é vista como um reduto de pessoas batalhadoras por natureza, que saem cedo para o serviço, enfrentam longas jornadas de trabalhos intercaladas por verdadeiras viagens no transporte público, em empregos de baixa remuneração ou que demandam mais esforço físico do que intelectual. Operários, comerciários, vendedores ambulantes, sacoleiros autônomos, pedreiros, empregados domésticos e prestadores de serviços gerais, dentre outras ocupações do gênero.

A existência desse outro lado da história é o que a fala que abre esta subseção pede que não se ignore. Nela é dito que as pessoas precisam enxergar que, além de eventuais envolvidos com o crime, também existe muita gente honesta na periferia. Em conjunto com os participantes da pesquisa chegou-se à conclusão de que, sob a olhar social genérico, os moradores destes locais limitam-se exatamente nesses dois perfis, o do trabalhador e o do bandido, sendo traçados padrões de aparência e comportamento que prometem identificar quem é quem, ainda que não haja garantia alguma nessa promessa.

Retomando a perspectiva predominante nas rodas de conversa, o que se notou foi a existência de uma cumplicidade coletiva que considera aquele ambiente como um lugar de lutadores, que a despeito do déficit de cidadania, da má prestação de serviços públicos, da precariedade e do estigma da criminalidade, resiste em uma luta diária que se articula dentro do sistema capitalista que explora força de trabalho e oprime a classe trabalhadora.

Essa união, baseada na identificação entre os indivíduos que se sabem honestos e lidam com os mesmos desafios no mercado de trabalho, favorece a criação de redes próprias de contatos, amizade e vizinhança que independem do centro, dos detentores de poder e das classes privilegiadas. Isso é o que fundamenta o sentimento de união e de pertencimento a um lugar, que ressignifica a habitação, transformando-a verdadeiramente em uma comunidade. Nesse sentido, Bauman (2003) pondera que o conceito de comunidade carrega atualmente em seu bojo as noções de segurança, companheirismo, acolhimento e demais pensamentos que fortalecem uma concepção positiva da vida em comum.

A definição da comunidade a partir de aspectos culturais, em detrimento de definições meramente econômicas, contribui para o reconhecimento de formas coletivas de vida e auxilia na construção da cidadania, notadamente a partir da percepção das carências comuns, o que mobiliza sujeitos e viabiliza a união e solidariedade. Jacobi (1989) defende a ideia de que os movimentos sociais podem ser compreendidos como complexos de relações sociais em que os atores se transformam pela sua interação com os demais. A configuração contemporânea dessas relações faz com que seja possível, no espaço social

da periferia, produzir um outro tipo de organização, a comunitária, ainda que nem sempre conte com todas as comodidades do paradigma do Estado de Bem-estar (Fiori, 1997).

Pela qualidade de suas relações e até mesmo por conta dos distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos, o espaço social periférico, aos poucos, perde os vínculos com o centro de referência econômico e cultural, passando a desenvolver, com suas próprias potencialidades, esse sentimento comunitário que implica numa concepção de comunidade como aquela desenvolvida por Guareschi (1996). Nela, se constrói um espaço de:

[...] relações igualitárias, que se dão entre pessoas que possuem iguais direitos e deveres. Essas relações implicam que todos possam ter vez e voz, que todos sejam reconhecidos em sua singularidade, onde as diferenças sejam respeitadas. E mais: as relações comunitárias implicam, também, a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam amadas, estimadas e benquistas. (Guareschi, 1996, p. 97).

Com base nessa definição se evidencia que é na comunidade, na experiência realmente vivida e resistindo ao olhar externo e à carga de preconceito nele contida, que o sujeito se reconhece pertencente a algum lugar de valor positivo. É essa posição de pertencimento que cria laços significativos com espaços geográficos de algum modo marginalizados.

3.4 Experiências de igualdade ou de exclusão?

Outro ponto de destaque nas rodas de conversa foi a associação ambígua entre a igualdade e a exclusão. É exatamente dentro de uma mesma comunidade que se forja a noção de igualdade: submetidos à determinadas condições sociais, políticas, econômicas e territoriais, ainda que subalternas e precárias, há identificação entre os sujeitos, que estabelecem os seus próprios padrões de ação e de identidade.

Sim, convive-se com dificuldades, mas compartilhadas, elas ganham um novo sentido, o de pertencimento a um grupo, dentro do qual se naturaliza aquilo que causa estranhamento a quem vem de fora. É a esse tipo de igualdade que, nesse momento, os participantes se referiram. O fator de comparação não foram as pessoas do centro, mas aqueles que participam e integram uma mesma realidade, nela convergindo e se percebendo iguais.

Por outro lado, ao se considerar os diversos estratos sociais e se estabelecer um paralelo entre os modos de vida que neles se desenvolvem e, sobretudo, os níveis de atuação pública que neles incidem, é que surgem os relatos no sentido de demonstrar que o Estado, através das políticas que institui, não chega na periferia. Isso configura um referencial de segregação que se evidencia nos discursos abaixo selecionados:

Lá no João Soares tinha um problema no chão. O vereador novo foi com um trator e fez muitas coisas lá no bairro, tá ligado? Tentou cimentar as ladeiras porque antes era tudo de terra, pedra e cascalho, mas o problema não é só esse. Eles meio que fazem qualquer

coisa pra gente. Na nossa rua nunca teve asfalto. (Estudante do João Soares)

Eu não gosto de morar lá não por conta do saneamento. (Estudante do João Soares)

Só por isso? (Estudante da Vila Anália)

Oxe! Cada um tem seu modo de pensar. Não é frescura. (Estudante do Jardim Primavera)

Sem contar que, na maioria das vezes... Na maioria das vezes não, sempre. Sempre a periferia é esquecida pela prefeitura. Meu tio mora no Jardim Vitória [bairro nobre] e lá nunca faltou água, nem no racionamento. (Estudante do Fonseca)

Eu venho andando de lá até aqui todos os dias porque não tem ônibus direto aqui pra escola. Às vezes eu pego até o São Caetano e ando o resto do caminho. (Estudante do Maria Pinheiro)

Tem um posto [de saúde] que começaram a construir em 2014, ficou pronto em 2015, mas ainda não foi inaugurado. Era pra ter aberto em agosto de 2015. Já roubaram tudo lá dentro. (Estudante do Carlos Silva Andaraí)

As ruas também. As ruas são asfaltadas só até a metade. Esgoto pra todo canto. Quando chove, o bueiro transborda e a água entra na casa de todo mundo... Com lixo, com tudo. (Estudante da Vila Anália)

A ausência de prestação adequada dos serviços reclamados nos discursos dos estudantes constitui um marcador de diferença muito contundente, uma vez que as espacialidades também formam a ideia que se faz da periferia, já tendo sido apontado pelos estudantes como principal elemento que favorece a associação destes bairros com a pobreza.

Como já foi mencionado, na mídia, as comunidades periféricas costumam ser frequentemente lembradas e noticiadas, sobretudo em relação com o crime. Contudo, ao tratar da relação destes espaços com o poder público, é comum escutar que ela é “sempre esquecida”.

O esquecimento por parte dos agentes do Estado, que agem por omissão, negligenciando o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, segurança e trabalho, fatores que essencialmente compõem o ideal de vida digna, inclusive na ordem jurídico-constitucional, associado à imagem visual gerada também pela desatenção governamental e que se percebe na rua que não tem asfalto, no esgoto que corre à céu aberto, no lixo espalhado pelas esquinas e em terrenos baldios, na vegetação que carece de cuidados e forma verdadeiros matagais, constrói uma imagem a ser constantemente lembrada e resgatada ao se falar de periferia. O esquecimento, neste caso, além da exclusão, favorece um determinado exercício da memória.

4. CONCLUSÕES

A sociedade pós-industrial abriu, ao mesmo tempo, a possibilidade de pluralização de modos de vida individuais, que permitem a experimentação de novas formas de organização e também o reconhecimento de tradições e conflitos sociais que foram negligenciados pelos movimentos sociais do passado (Ventura, 2011). É o caso da periferia, um movimento social urbano que, inserido nesse contexto, se consubstancia como a obra coletiva que foi sendo materialmente construída à margem dos processos formais de produção da cidade regulados pelo Estado (Tanaka, 2006).

Considerando que a primeira experiência pública é aquela vivenciada no local onde nos estabelecemos, pode-se dizer que a de quem está na periferia é marcadamente desigual. A partir dos relatos dos sujeitos que residem em comunidades periféricas, confirmou-se a ideia explorada inicialmente neste trabalho de que, nestes locais convive-se com a omissão estatal e com a precariedade de serviços públicos, sendo oferecida a estes indivíduos uma possibilidade minorada de cidadania, naturalizada por uma estrutura social que segrega pessoas, legitimando e reproduzindo naturalmente uma hierarquia que estabelece a diferenciação.

Este fato qualifica o argumento de que o distanciamento que separa a periferia do centro não é somente territorial, embora este também seja um importante fator a ser considerado, mas também simbólico, na medida em que a estigmatização desses sujeitos em suas identidades, em seus modos de vida e em suas expressões moldam a sua inserção na esfera pública, bem como a percepção deles próprios em relação ao Estado e suas instituições.

A marginalização apontada pelos participantes da pesquisa quando se trata da atuação do poder público, seja nas horas perdidas em pontos de ônibus, na falta de investimento na prestação de cuidados básicos com saúde e saneamento, no combate ineficiente à violência e ao tráfico de drogas ou na ausência de espaços de lazer, por exemplo, evidencia a experiência de desigualdade e subcidadania. Com isso, tem-se que os afastamentos que marcam as periferias não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que existem entre os bairros periféricos e o que é tomado por centro, mas também e principalmente pelas circunstâncias de vida que se encontram nestes locais e materializam a exclusão para estes sujeitos.

A conceituação do termo, portanto, é insuficiente quando considera apenas o critério geográfico e desconsidera a sua vinculação à ordem social e ao poder, uma vez que isso é o que concretiza a sua associação a lugares e sujeitos que sofrem com a omissão estatal. Ser periférico é se submeter a uma condição complexa de existência, que não se resume em precariedade na prestação de serviços públicos ou

pobreza. Além e apesar disso, há uma busca por respeito, dignidade e honra na construção de seus próprios valores e identidades, bem como da própria vida em comunidade.

Há que se considerar pelo menos três elementos: as disparidades econômicas, a subordinação política e a determinação cultural, que são chaves de interpretação da relação centro-periferia não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Eles descortinam a produção de um modo de vida que, ao implicar instabilidade econômica, política e de direitos humanos, revela um cotidiano para além da renda e da hierarquia urbana.

A estrutura social desigual permite que a realidade se construa de diferentes maneiras, propiciando o surgimento de diversas condições de existência, ainda que marginalizadas, sem legitimação ou atribuição de valor positivo pelas estruturas dominantes. Nesse contexto, o acesso aos diferentes tipos de capital é distribuído também de forma desequilibrada e as redes de poder se fortalecem na medida em que se agregam a esse fato os marcadores de diferença historicamente construídos (Bourdieu, 2009). No caso da periferia, como visto, se interseccionam marcadores territoriais, econômicos, sociais, raciais, dentre outros.

5. REFERÊNCIAS

Andrade, M. (2010). *O estigma da periferia*. Porto Alegre: Dacasa.

Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bonduki, N. (2004). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade.

Bonduki, N., & Rolnik, R. (1982). Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: Maricato, E. (Ed.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 117-154.

Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Corrêa, R. L. (2002). *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática.

Domingues, Á. (1994). (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série*, 10/11, 5-18.

Feltran, G. S. (2010). Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de antropologia*, 53(2), 565-610.

Fiori, J. (1997). Estado de bem-estar social: padrões e crises. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 7(2), 129-147.

Guareschi, P. (1996) Relações comunitárias, relações de dominação. In: Campos, R. H. F. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 81-99.

Iervolino, S. A., & Pelicioni, M. C. F. (2001) A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Revista Escola de Enfermagem*. São Paulo, 35(2), 115-121.

Ivo, A. B. L. (2010). A periferia em debate - questões teóricas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, 23(58), 9-15.

Jacobi, P. (1989). *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.

Maricato, E. Autocostrução, a arquitetura possível. (1982). In: Maricato, E. *A produção da casa (e da*

cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, 71-94.

Maricato, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Editora Hucitec.

Mautner, Y. (1999). A periferia como fronteira de expansão do capital. In: Deák, C., & Schiffer, S. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 245-259.

Morin, E. (2003). A necessidade de um pensamento complexo. In: Mendes, C. (Org.). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 69-78.

Morin, E. (2001). Os desafios da complexidade. In: Morin, E. (Org.). *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 428-451.

Moura, R., & Ultramari, C. (1996). *O que é periferia urbana*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

Pallone, S. (2005). Diferenciando subúrbio de periferia. *Ciência & Cultura*, São Paulo, 57(2), 11.

Perifeira. (2015). In: *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Melhoramentos.

Santos, M. (1979). *O espaço dividido, os dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Santos, M. (1994). *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec.

Silva, M. F. (2014). *Upp - A redução a favela a três letras: uma análise da política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Tanaka, G. M. M. (2006). *Periferia: conceitos, práticas e discursos; práticas sociais e processos na metrópole de São Paulo*. 2006. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tonella, C. (2013) Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. *Soc. estado*. 28(1), 29-52.

Ventura, T. (2011). Luta social por reconhecimento: Dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. *Revista de Sociologia e Política*, 19(40), 291-2